PARECER COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 079/2025 MENSAGEM DE LEI Nº 709/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Dispõe sobre o pagamento das requisições de pequeno valor devidas pelo Município de Buritis, decorrentes de decisões judiciais, nos termos dos §§ 3° e 4° do artigo 100 da Constituição Federal"

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe o Projeto de Lei que visa dispor sobre o pagamento das requisições de pequeno valor e decisão judicial nos termos §§ 3º e 4º do Artigo 100 da constituição Federal.

II - ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão Constituição e Justiça, recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III – VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 079/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua **aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça em Reunião realizada no dia 07 de abril de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 079/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores

Juliana Cibelly dos Santos

Vereadora Presidente

Lucas Luiz de Cristo Teixeira

Vereador Relator

Dhionatas de Tassos Kagner

Vereador Membro



PARECER COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 079/2025 MENSAGEM DE LEI Nº 709/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Dispõe sobre o pagamento das requisições de pequeno valor devidas pelo Município de Buritis, decorrentes de decisões judiciais, nos termos dos §§ 3° e 4° do artigo 100 da Constituição Federal"

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe o Projeto de Lei que visa dispor sobre o pagamento das requisições de pequeno valor e decisão judicial nos termos §§ 3º e 4º do Artigo 100 da constituição Federal.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Finanças, Orçamento** e **Fiscalização,** recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 079/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização em Reunião realizada no dia 07 de abril de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 079/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Vereador Presidente

Renato Leitão dos Santos Vereador Relator

Vereador Membro